

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-900-4

DOI 10.22533/at.ed.004211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2010 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O primeiro volume apresenta 23 capítulos e está didaticamente dividido em três eixos temáticos: Política de Saúde no Brasil e contexto Neoliberal que apresenta dois artigos que colocam em discussão a análise do desfinanciamento e desmonte da política de saúde no contexto do neoliberalismo e os impactos para a política de Saúde, bem como os seus rebatimentos para os serviços de saúde.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos apresentados, a temática do Serviço Social na Política de Saúde com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de parto humanizado, puerpério, transplante cardíaco, doações de órgãos, preparo para a alta qualificada, imigração, judicialização da saúde, população privada de liberdade, envelhecimento, saneamento e atuação frente à pandemia de Covid-19.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Serviço Social na Saúde Mental através dos seis artigos, que tratam da sua inserção na Saúde Mental, os desafios contemporâneos, experiência em hospital psiquiátrico, pessoas em conflito com a lei e justiça terapêutica.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

CAPÍTULO 1..... 1

ELEMENTOS PARA ANÁLISE DO DESFINANCIAMENTO DO SUS EM TEMER E NO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO BOLSONARO

Carlos Antonio de Souza Moraes

Cristiane Medeiros dos Santos

Thaynara Moreira Botelho

DOI 10.22533/at.ed.0042115031

CAPÍTULO 2..... 12

O DESMONTE DA POLÍTICA DE SAÚDE BRASILEIRA COM O DESDOBRAMENTO DA PRIVATIZAÇÃO NEOLIBERAL

Tamires Marinho Caldas

Nathália Maria de Oliveira Costa Silva

DOI 10.22533/at.ed.0042115032

SERVIÇO SOCIAL E POLITICA DE SAÚDE

CAPÍTULO 3..... 19

O ASSISTENTE SOCIAL E OS DIREITOS DA GESTANTE: UM OLHAR SOBRE O PARTO HUMANIZADO NO CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Elizabete Dantas de Souza

Simone Regina Alves de Freitas Barros

Viviane de Araujo Melo

Ivanessa Lopes de Barros

Ryvane Chrystine Lopes de Barros

Polyana Magna Lima Dias

Pollyanna Santos de Oliveira Todt

DOI 10.22533/at.ed.0042115033

CAPÍTULO 4..... 32

O SERVIÇO SOCIAL E A SAÚDE DA MULHER NO PUERPÉRIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO GRUPO COM MÃES DE RECÉM-NASCIDOS INTERNADOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

Ana Paula Chaves de Miranda

Paola Gomes Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.0042115034

CAPÍTULO 5..... 38

CENTRO DE TERAPIA INTENSIVA E SERVIÇO SOCIAL: ATUAÇÃO JUNTO À FAMÍLIA DO PACIENTE

Lena Lansttai Bevilaqua Menezes

Eli Fernanda Brandão Lopes

Francielly Anjolin Lescano

Tuany de Oliveira Pereira

Irlanda Pereira Vieira
Fernanda Maria Souza Juliano
Kátia Flavia Rocha
DOI 10.22533/at.ed.0042115035

CAPÍTULO 6..... 44

SERVIÇO SOCIAL E TRANSPLANTE CARDÍACO: OS DESAFIOS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Débora Silva de Freitas
Thayna Rani Oliveira Silva
Lilian de Oliveira Argôlo Vaz
Damares Cintia Santos
Solange Júlia Silva Steytler

DOI 10.22533/at.ed.0042115036

CAPÍTULO 7..... 57

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIAS DE DOADORES DE ÓRGÃOS PARA TRANSPLANTES ATENDIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL

Marli Elisa Nascimento Fernandes
Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin

DOI 10.22533/at.ed.0042115037

CAPÍTULO 8..... 70

A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS NO PROCESSO PARA A ALTA QUALIFICADA HOSPITALAR

Soraia da Silva Sousa
Jurema Aparecida Paulino
Magnolia Assis de Oliveira Theodoro
Janete Pereira Rafael da Silva
Dayse Prado de Camargo Lanes

DOI 10.22533/at.ed.0042115038

CAPÍTULO 9..... 80

PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UMA REFLEXÃO ACERCA DAS POSSIBILIDADES E DOS LIMITES DE SUA MATERIALIZAÇÃO NA UPA DR. ABDON GONCALVES (SÃO JOÃO DE MERITI – RJ)

Diego Augusto Rivas dos Santos
Michelle Trindade Pimentel
Sandy Falcão de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0042115039

CAPÍTULO 10..... 88

REFLEXÕES ACERCA DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL EM UMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andressa da Silva Rosa
Ana Maria de Oliveira Damasceno

DOI 10.22533/at.ed.00421150310

CAPÍTULO 11..... 96

IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL A SER ATENDIDA

Lena Lansttai Bevilaqua Menezes
Eli Fernanda Brandão Lopes
Rafael Alves Mata de Oliveira
Michele Terumi Yassuda
Juliana Galete
Edivania Anacleto Pinheiro Simões
Maria de Fátima Bregolato Rubira de Assis

DOI 10.22533/at.ed.00421150311

CAPÍTULO 12..... 103

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE: A JUDICIALIZAÇÃO E EFETIVIDADE DA ATENÇÃO INTEGRAL DA SAÚDE

Zilda Cristina dos Santos
Agnaldo de Sousa Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.00421150312

CAPÍTULO 13..... 111

POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE: UMA ANÁLISE DO ACESSO A POLÍTICA DA SAÚDE

Nathália Pereira Paredes
Millena dos Santos Cardoso
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Rúbia Célis Pereira de Lima
Laianny Cordeiro Silva de Souza
Maria Gabriella Florencio Ferreira
Thayane de Vasconcelos Soares
Mayra Hellen Vieira de Andrade
Rafaela Leandro Pereira
Kíssia Wendy Silva de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.00421150313

CAPÍTULO 14..... 118

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DE SAÚDE PELOS IDOSOS LONGEVOS NO MEIO RURAL: O CASO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO (MG)

Mariana de Paula Oliveira
Simone Caldas Tavares Mafra
Kátia de Lourdes Fraga
Luana Fernandes Silva Paes

DOI 10.22533/at.ed.00421150314

CAPÍTULO 15..... 125

A IMPLICABILIDADE DA FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO NA QUALIDADE DE VIDA E NA SAÚDE DA MULHER

Andressa Caroline de Lima

Marli Renate von Borstel Roesler
DOI 10.22533/at.ed.00421150315

CAPÍTULO 16..... 133

OS IMPACTOS DA PANDEMIA PELO CORONAVÍRUS (SARSCOV-2) EM MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA VIDA SOCIAL E SEU O ENFRENTAMENTO NO BRASIL

Rebel Zambrano Machado
Priscilla da Silva Lunardelli

DOI 10.22533/at.ed.00421150316

CAPÍTULO 17..... 143

A EXPERIÊNCIA DO MONITORAMENTO DE SINAIS E SINTOMAS DA COVID19 NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CHAPECÓ

Hilton de Souza Zeferino
Fabiane Ribeiro
Anderson Medeiros Sarte

DOI 10.22533/at.ed.00421150317

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL

CAPÍTULO 18..... 156

POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL: DISCUTINDO OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Danila de Jesus
Laila Martins de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.00421150318

CAPÍTULO 19..... 167

SERVIÇO SOCIAL E A SUA INSERÇÃO NA SAÚDE MENTAL NO BRASIL

Maria Guadalupe de Araújo Veloso Lima Freitas
Raimunda Maria Vieira do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.00421150319

CAPÍTULO 20..... 178

CIDADANIA E SAÚDE MENTAL: POTENCIALIZANDO A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Paulo Vitor Moreira da Silva
Patrícia da Silva Coutinho
Ednéia Alves de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.00421150320

CAPÍTULO 21..... 186

PROCESSO DE TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL E SUA INSERÇÃO NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO PROFESSOR SEVERINO LOPES

Jadna Kelly da Silva
Maria Tereza de Oliveira
Elisângela Feitosa de Souza

DOI 10.22533/at.ed.00421150321

CAPÍTULO 22.....	198
ENTRE A SAÚDE E A JUSTIÇA: A REALIDADE DAS PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL EM CONFLITO COM A LEI NO ESTADO DO PARÁ	
Solange Silva Souza	
Laryssa Sayury Garcia	
Michelle Christina de Souza Matos	
Lilian Mendes Pereira Barros	
Brenda Luana Ribeiro Souza	
Iris Tarcila da Conceição Baia	
DOI 10.22533/at.ed.00421150322	
CAPÍTULO 23.....	208
A INTERFACE ENTRE JUSTIÇA CRIMINAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA: PROJETO JUSTIÇA TERAPÊUTICA EM PORTO VELHO / RO	
Ana Paula Baldez Santos	
Liliane Flores de Freitas Gonçalves	
Camila Sibely Ferreira Moura Macedo	
Alice Silva da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.00421150323	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	221
ÍNDICE REMISSIVO.....	222

CAPÍTULO 16

OS IMPACTOS DA PANDEMIA PELO CORONAVÍRUS (SARSCOV-2) EM MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA VIDA SOCIAL E SEU O ENFRENTAMENTO NO BRASIL

Data de aceite: 01/03/2021

Rebel Zambrano Machado

Professora e pesquisadora da Faculdade São Francisco de Assis
<https://orcid.org/0000-0002-8599-546X>
<http://lattes.cnpq.br/5476188943900107>

Priscilla da Silva Lunardelli

Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/5946417544897559>

RESUMO: As reflexões provocadas pelo impacto de uma pandemia no quadro brasileiro exigem olhares em diferentes dimensões da vida social. Optou-se aqui, por considerar-se a pandemia, reveladora do aprofundamento das refrações da questão social no contexto das diferenças cristalizadas historicamente em nossa sociedade. Entende-se ser fundamental situar a pandemia no contexto de uma profunda polarização política com repercussões evidentes na crise sanitária vivida no País. Abordam-se ainda o modelo de governança no setor público e a necessidade de se repensar o papel do Estado na perspectiva da pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Refrações da questão social; Polarização política; Governança no setor público; Pandemia.

THE IMPACTS OF THE PANDEMIC ON THE CORONAVIRUS (SARSCOV-2) IN MULTIPLE DIMENSIONS OF SOCIAL LIFE AND ITS COPING IN BRAZIL

ABSTRACT: The reflections provoked by the impact of a pandemic in the Brazilian context demand looks in different dimensions. It was decided here to consider it as revealing the deepening of the refractions of the social question in the context of historically crystallized differences in our society. It was considered fundamental to situate the pandemic in the context of a deep political polarization with evident repercussions in the health crisis experienced in the country. Still, it was about the governance model in the public sector and the need to rethink the role of the State and society in the perspective of pandemic.

KEYWORDS: Refractions of the social question; Political polarization; Governance in the public sector; Pandemic.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar o impacto da pandemia do novo coronavírus no contexto brasileiro em relação ao aprofundamento da questão social, expressa na piora dos padrões de empobrecimento da classe trabalhadora. Naturalmente, a questão social revela a contradição existente entre o modo de produção e a apropriação dos rendimentos dessa mesma produção. Observa-se que, com a crise sanitária, ficam mais evidentes a polarização política, a frágil qualidade das políticas públicas

e a incipiente governança pública em relação à agenda de direitos humanos, tudo isso com importantes impactos na vida dos sujeitos em suas múltiplas dimensões.

As efêmeras interpretações a respeito da pandemia utilizadas pelos governantes têm levado parcelas da população a também minimizar, ou negar a sua gravidade. Com muitas dúvidas os sujeitos sociais dividem-se, assim como as correntes dentro do próprio governo, variando entre a negativa absoluta da emergência sanitária internacional e sua relativização. Para alguns, em especial os muito empobrecidos, o isolamento social e a utilização de equipamentos de proteção individual nunca sequer foram uma possibilidade real, dada sua vulnerabilidade imediata diante da realidade de “trabalhar pela manhã para comer a noite”.

A primeira parte deste artigo apresenta a contextualização da pandemia de uma maneira geral, com o número de casos, sua complexidade e o potencial do vírus. Na sequência, discute-se a polarização cada vez mais acirrada no Brasil e que acaba por ter repercussões importantes no quadro sanitário. Esse cenário torna-se ainda mais complexo pelo frágil papel de governança e o difícil fluxo operativo do Sistema Único de Saúde (SUS), o que contribui para os efeitos negativos em termos de organização de respostas no enfrentamento ao COVID19, aquisição de insumos e credibilidade junto à população.

Para atender os princípios do SUS quanto à universalidade, equidade e integralidade, o sistema deve se organizar observando as suas diretrizes de descentralização, regionalização e hierarquização com participação da comunidade. Esse processo que promove operacionalidade e consistência ao SUS é complexo e difícil, pois necessita planejamento ascendente com diferentes sujeitos sociais. Esse modelo organiza-se através de uma responsabilidade solidária entre os gestores dos três níveis de governo, com suas instâncias de governança.

2 | A PANDEMIA EM 2020

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Na atualidade, atinge todos os continentes e todos os países, tendo sido importado para o Brasil no início de 2020.

É preciso considerar-se que ela compreende um significativo arranjo de diversos fenômenos e processos, implicando diferentes elementos para seu entendimento, análise e intervenção. Apresenta amplo espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves¹. Há distintos processos e diversas possibilidades ou modos de intervenção em várias dimensões - biológica, clínica, epidemiológica, social, tecnológica, econômica, política, simbólica - e suas respectivas interfaces (FRENTE PELA VIDA, 2020).

¹ De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (<https://coronavirus.saude.gov.br>).

Os números disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde² no mundo, até 29 de janeiro de 2021, são: 101.053.721 casos da COVID-19 (570.976 novos em relação ao dia anterior) e 2.182.867 mortes (15.716 novas em relação ao dia anterior). Os números pelas grandes regiões definidas pela OMS são: Região Africana com 2.539.795 casos confirmados e 61.355 mortes; Região das Américas com 44.765.625 casos confirmados e 1.031.770 mortes; Região Europeia com 33.929.775 casos confirmados e 735.449 mortes; Região do Mediterrâneo Oriental com 5.624.974 casos confirmados e 133.088 mortes; Região do Pacífico Ocidental com 1.396.042 casos confirmados e 24.216 mortes; Região do Sudeste Asiático com 12.796.765 casos confirmados e 196.976 mortes.

Desagregando-se os dados do Brasil, com uma população de 210.147.125 de habitantes, os resultados da COVID 19 divulgados³ eram: 9.118.513 casos e 222.666 óbitos confirmados e 8.066.603 recuperados.

A cena é complexa e heterogênea como é também a vida em cada canto do planeta. O vírus pode ser o mesmo, mas muda todo o resto: condições ambientais, demografia, estrutura e organização das cidades, cultura, economia, regime político, hábitos, políticas públicas e serviços de saúde. A pandemia compõe-se de inumeráveis surtos e epidemias, perdas individuais e familiares semelhantes nos aspectos biológicos e incomparáveis em outros sentidos (HENRIQUES, VASCOCELOS, 2020), significando inflexões relativas a diferentes variáveis desse processo.

É preciso considerar que algumas das dimensões da pandemia apresentam importância singular. Na perspectiva epidemiológica, os determinantes sociais podem ampliar os grupos considerados de risco e a vulnerabilidade. As medidas de vigilância devem direcionar-se para a redução da incidência e o controle da transmissão. Na perspectiva tecnológica, é preciso aportar os recursos necessários para que os órgãos de pesquisa possam responder ao controle da pandemia. Do ponto de vista econômico, é fundamental reduzirem-se e compensarem-se desigualdades e iniquidades (FRENTE PELA VIDA, 2020).

Cabe ao Governo Federal, pelo potencial de contaminação do coronavírus, o papel de coordenar e de garantir ações planejadas em conjunto com os demais entes federados, respeitando-se a autonomia de cada um. É incontestável que a gravidade da crise sanitária exige, no Brasil, um esforço interfederativo para propor políticas públicas de ordem econômica e social.

Simultaneamente ao combate em busca da prevenção, da cura e da produção de insumos para a pandemia, há uma outra luta que se trava no campo das narrativas. As disputas têm se centrado em um cenário de desconfianças e incertezas diretamente vinculado a um comportamento social distante daquele preconizado pela ciência, resultado do embate entre comunidade científica e autoridades políticas.

2 Acesso em: 30/01/2021 e disponível em: 30/01/2021 no <https://www.paho.org/pt/covid19>.

3 Fonte: JHU CSSE COVID-19 . Repositório de dados COVID-19 pelo Centro de Ciência e Engenharia de Sistemas (CSSE) da Universidade Johns Hopkins.

Uma resposta mais efetiva no combate à COVID19 só ocorrerá se o SUS tiver os diferentes recursos necessários para o enfrentamento da pandemia. Em relação aos níveis de atenção, deverá focar no alinhamento estratégico da atenção primária, da secundária e da terciária, assim como organizar seus fluxos operativos definidos, articulando as redes de atenção.

3 | A POLARIZAÇÃO: VELHA CONHECIDA

A intensa polarização assimétrica entre esquerda e direita no Brasil é histórica e tem ditado a forma de fazer política ao longo dos tempos, por consequência, interfere nos mais diferentes aspectos da vida cotidiana. A luta democrática traz à tona os projetos de poder e interesses individuais das pessoas, que se envolvem em um jogo de pensamentos em massa, deixando-se influenciar pelo grupo de ideias que representa a sua declaração de interesse político (BRUGNAGO, CHAIA, 2015). Por outro lado, a participação política por associativismo, normalmente responsável por mobilizar a opinião pública, também se apresenta enfraquecida (FERREIRA, 2000).

Essa conjuntura de polarização exacerbada não está sendo diferente na compreensão e na condução da COVID 19 no Brasil, reverberando de diferentes formas e interferindo diretamente no cotidiano das pessoas. Essa realidade colocou em disputa, dentre outros, o falso dilema apresentado à sociedade quanto ao que deve ser priorizado nesse momento de crise, ou seja, a vida ou a economia, ou, ainda, se existe realmente uma emergência sanitária, ou não.

Nesse sentido, o falso dilema induz à banalização da pandemia, minimizando seus impactos em diferentes dimensões à medida que a narrativa oficial se volta para a defesa da retomada da economia em detrimento da vida. Portanto, uma posição explícita que deixa clara as posições em disputa nesse contexto.

A conjuntura da pandemia, tem mostrado importantes mudanças na sociedade, tanto em âmbito de valores como quanto de comportamentos. Nesse momento de crise, quando a economia estagnou e apresentou uma importante queda do PIB os países precisaram encontrar estratégias de garantir renda para significativa parcela da população, no Brasil não está sendo diferente. Essa realidade de incertezas agudiza as expressões multifacetadas da questão social, e as inflexões da pandemia ficam ainda mais evidentes.

Dentro desse quadro, observa-se também a formação de uma ideologia radicalizada da direita com uma forte onda conservadora, intensificada em uma imediatista e impaciente sociedade contemporânea que utiliza as redes sociais como um forte dispositivo viabilizador dessa radicalização (BRUGNAGO, CHAIA, 2015).

Sobre as causas da polarização política, chama atenção o papel determinante da insatisfação das políticas públicas sobre as mudanças da opinião pública. Entre as principais consequências da polarização está a desigualdade de representação política motivada

pelo agravamento dos conflitos entre os grupos políticos e sociais. Tal desigualdade na representação política deve-se ao fato de que os governantes respondem às suas bases de apoio prioritariamente, a fim de fortalecer os laços pessoais e buscar adesão para as ações políticas (BELLO, 2019).

A mitigação dos efeitos perversos dessa crise e seus desdobramentos, assim como a prevenção de futuros riscos de magnitude equivalente, deve ser fundada em intensos processos de mobilização solidária e engajamento da sociedade como um todo, que requerem, necessariamente, dispor de recursos que permitam a todas as pessoas exercerem seu direito às medidas epidemiológicas de proteção, além da preservação e ampliação da democracia como regime político (FRENTE PELA VIDA, 2020).

4 | GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO

A pandemia deixou mais visível a desarticulação e a polarização em um cenário de acirradas disputas com a Câmara e no próprio governo em âmbito federal, mas, acima de tudo, descortinou o despreparo de lideranças. A falta de uma forte coordenação nacional pelo Ministério da Saúde para conduzir as estratégias no sentido de enfrentar o coronavírus causador da COVID-19 desde o início de 2020 implicou em que outros órgãos assumissem tal papel. Sob outra perspectiva o Presidente da República tem interferido na condução do enfrentamento à epidemia contrariando as condutas e orientações preconizadas pelo Ministério da Saúde e demais organismos internacionais. Isso é demonstrado pela passagem meteórica de três ministros de março de 2020 até o mês de setembro do mesmo ano. Os dois ministros anteriores, com formação em medicina, não poderiam adotar outra orientação que não fosse consenso internacional, assim, foram substituídos por outro que não é da área da saúde.

A procrastinação tem sido a marca do governo federal nas iniciativas mais importantes no cenário em que nos encontramos da pandemia. As pesquisas evoluíram e as vacinas já são uma realidade. Portanto, muitos países já compraram e iniciaram suas campanhas de vacinação e já estão com parte importante da população imunizada.

Nesse sentido, o Brasil por sua marca de protelar comprou até janeiro do corrente ano uma quantidade insuficiente para vacinar os primeiros grupos de maior risco. Isso sem contar que os principais insumos necessários não foram previstos e no momento da licitação não existiu acordo entre as partes, como foi o caso das seringas. Ainda, os hospitais de campanha foram fechados e os leitos de unidades de tratamento intensivo reduzidos.

Com a segunda onda de casos e a continuidade da circulação do vírus em todo País, ocasionada pela flexibilização de medidas de controle, está levando a um colapso já esperado do sistema de saúde. Esse movimento levantou a discussão sobre o conceito de

imunidade coletiva⁴, questionando seu significado.

O governo federal vem apresentando uma política internacional que tem provocado desconforto com aliados e/ou farmacêuticas que estão produzindo as vacinas. As comunicações oficiais ocorrem quando provocadas, com duplicidade de informações, confundindo e aumentando a polarização política.

Considerando a Portaria nº 1.565, de 18 de junho de 2020, no parágrafo único do seu artigo 1^a, que destaca que “Cabe às autoridades locais e aos órgãos de saúde locais decidir, após avaliação do cenário epidemiológico e capacidade de resposta da rede de atenção à saúde, quanto à retomada das atividades”, o CONASS e o CONASEMS, com apoio da OPAS/OMS, tornam-se instrumento de apoio à tomada de decisão. Essa iniciativa visa dar suporte aos gestores de estados e municípios na adoção de medidas de saúde pública no sentido de reduzir a velocidade de propagação da doença para evitar o esgotamento dos serviços de saúde, especialmente de terapia intensiva.

Entretanto, essa conjuntura não foi suficiente para alinhar os mais de 5.000 municípios e 23 estados da Federação no que concerne à gestão técnica, administrativa e financeira. Resumo disso, observa-se a recorrente intervenção dos órgãos de controle na perspectiva de garantir que os princípios da administração pública sejam atendidos, o que sugere aqui também as fragilidades de gestão no setor.

Por essas razões, é preciso reafirmar-se a concepção do Estado gestor, que deve perquirir a excelência na execução e no resultado da Administração Pública (SOUZA, FARIA, 2017). Seja na prestação de serviços públicos, na implantação e acompanhamento das políticas públicas, no planejamento e na execução orçamentária, seja em qualquer função administrativa, a efetividade constitucional deve ser o norte.

A governança corporativa no setor público deve ser encarada como instrumento de gestão importante no combate à corrupção, à improbidade administrativa, ao prejuízo ao erário, às necessidades sociais e ao déficit das contas públicas. Enfim, ela estimula melhores condutas e políticas públicas, pautadas na transparência, na informação, na responsabilidade, na probidade, na ética, na equidade, na *accountability* e na eficiência (SOUZA, FARIA, 2017, p. 16).

A governança, sob essas perspectivas, trata também de questões relacionadas: (a) à coordenação de ações; (b) ao exercício do controle em situações em que várias organizações estão envolvidas; (c) às estruturas de autoridade; (d) à divisão de poder e responsabilidade entre os diversos atores; (e) à alocação tempestiva e suficiente de recursos; enfim, (f) à governança das ações, aqui entendida como a capacidade de o governo coordenar a ação de atores com vistas à implementação de políticas públicas. (RHODES, 1996).

No Brasil, o Decreto nº 9.203, de 2017, instituiu a política de governança da

⁴ Também chamada de imunidade de rebanho, significa que quando o limiar dos casos é alcançado não significa que a doença vai desaparecer e sim que os casos não vão crescer tão rapidamente como na primeira onda.

administração pública federal direta, autárquica e fundacional, compreendendo-a a partir das diretrizes de valor público, alta administração e gestão de riscos. O decreto, preconiza os princípios de capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas, responsabilidade e transparência.

As contradições da ação do Estado em meio à grave crise político-institucional e a resistência ao conhecimento científico num ambiente de conflito político e crescimento do autoritarismo são representadas na disputa por narrativas que se têm sustentado em propostas antagônicas para enfrentar a crise (HENRIQUES et. Al., 2020). A pandemia tem sido minimizada, banalizando a preocupante realidade vivenciada pela crise sanitária, o que é reproduzido pela população. Tal negação da seriedade da situação evita que a população tenha a real compreensão da gravidade do momento. Ela recebe uma carga de informações contraditórias que dificultam o entendimento da circunstância.

É fundamental, portanto, o Estado brasileiro informar, ser transparente e resgatar a confiança da população para que ela se sinta parte da Administração, ajudando a minimizar os riscos de má gestão individualista e potencializando os resultados positivos ao interesse público, subentenda-se ao bem comum (SOUZA, FARIA, 2017). Tornam-se necessários princípios como equidade e responsabilidade dos agentes.

O princípio da responsabilidade, no que se refere ao Direito Sanitário, estende-se a todas as pessoas, sendo fundamental para a segurança sanitária. Seu pressuposto é a premissa de que todos possuímos deveres com relação à proteção da saúde: sejam eles individuais, sejam eles coletivos e sociais. Ele atinge tanto os comportamentos privados e íntimos do indivíduo quanto os sociais e públicos. Aplica-se a todos os agentes públicos estatais e a todos os cidadãos que exerçam as atividades por ele reguladas. Portanto, toda ação ou omissão de um agente público que contrariar o ordenamento jurídico sujeitará o mesmo às sanções previstas em lei.

O Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), quando discutiu a Gestão Pública Iberoamericana para o século XXI⁵, apresentou os principais pontos sobre avanços e problemas na gestão e que apontam para a sua necessária democratização, profissionalização da função pública, novas tecnologias de gestão e gestão por resultados orientados. Seu objetivo principal deve ser construir um Estado capaz de produzir desenvolvimento em termos tanto econômicos como sociais, políticos e ambientais. E isso só será possível com uma administração pública efetiva, eficiente e democrática. Nessa lógica, é indiscutível a necessidade da presença do Estado durante e pós-pandemia com transferência de renda, repensando o seu papel em relação à sociedade.

5 Carta Iberoamericana de Calidad em la Gestión Pública, 2008.

5 | UM NOVO PAPEL DO ESTADO: POR QUÊ?

O enfrentamento de uma pandemia numa época ultra globalizada fez aflorar diversas questões que exigem a discussão acerca do papel do Estado. Nesse sentido, é imprescindível a reflexão sobre as suas funções de estabilizador da economia, investidor em infraestrutura física-social, protetor, provedor de serviços e empreendedor (Carvalho, 2020).

A crise sanitária que se soma à crise econômica revigora a importância da teoria econômica de John Maynard Keynes, segundo a qual os mercados não seriam capazes de se corrigir diante de uma crise aguda e sequer a política monetária (taxa de juros, inflação, crédito) bastaria, sendo fundamental o suporte fiscal do Estado, o fomento ao gasto público, o incentivo à demanda e medidas contracíclicas para reativar a economia (Pinho, 2020). Isso implica aparelhar a sociedade no sentido de garantir sua funcionalidade, assegurando o emprego, o consumo e a renda, não necessariamente nesta ordem.

Ao compreender-se, ainda, que a crise no capitalismo moderno é permanente desde a ofensiva neoliberal sobre os países em desenvolvimento, observada na década de 90 (BENJAMIN, 1998), têm-se os elementos centrais que permitirão entender-se a reconstrução das políticas públicas e a consequente repactuação do papel do Estado não mais mínimo e enxuto, mas pós-pandemia, absolutamente indispensável na regulação do mercado e da especulação financeira.

Mesmo antes da pandemia, já existia a inquietação com a expectativa de um baixo crescimento econômico. O panorama tornou-se mais complexo com o aumento do desemprego e do emprego informal e precarizado, assim como com as refrações da questão social, gerando um abismo social e a concentração de renda.

A diferença entre os rendimentos dos brasileiros obtidos pelo 1% mais rico e dos 50% mais pobres no ano de 2018 é recorde na série histórica da PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua) do IBGE, iniciada em 2012. A desigualdade aumentou porque o rendimento real do trabalho da metade mais pobre caiu ou subiu bem menos se comparado ao dos mais ricos, sobretudo nos últimos anos (COSTA, 2020, p.3).

No último trimestre de 2018, a PNAD Contínua Trimestral do IBGE apresentava dados de que, se os pobres e miseráveis fossem somados aos pobres intermediários, seria atingido um contingente de 77,3 milhões de trabalhadores, alcançando o espantoso nível de 80,4% dos ocupados (Quadros, 2019). Nessa perspectiva, no Brasil, com a emergência sanitária, ficou evidenciada a necessidade do debate da desigualdade social e a premência de implementação de políticas públicas sob uma nova perspectiva, bem como a revogação do teto de gastos (Mendes, 2020), alterando a política fiscal conservadora.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vive-se um momento singular que tem desorganizado a “normalidade” da vida cotidiana, afetando as certezas existentes até então. A pandemia tem desnudado as fragilidades e condições de vulnerabilidade de uma sociedade injusta e desigual como a brasileira.

A única convicção que é consenso é de que a sociedade não será mais a mesma depois da pandemia. Ainda que seja assim, os ricos seguirão ricos, posto que a concentração de riqueza aumentou na pandemia como demonstra o relatório “Poder, Lucros e Pandemia” da Oxfam, “[...] as grandes corporações do mundo estão priorizando lucros em detrimento da segurança dos trabalhadores e do enfrentamento ao coronavírus” (OXFAM, 2021).

A combinação das diferentes crises sanitária, política, social, econômica, ambiental e ética no Brasil é entendida como uma crise orgânica (GRAMSCI, 2002). Por conta disso, vem impactando e aprofundando as questões sociais, podendo este período ser mais prolongado do que o esperado, para além das “ondas” de novas contaminações.

Para muitos cientistas sociais, vive-se hoje um cenário de pós-guerra, o que desenha um panorama de profundas dificuldades. Dentre outras medidas adotadas, o orçamento de guerra que foi encaminhado e aprovado pelo Congresso foi no montante de R\$ 182 milhões. Entretanto, o Congresso Nacional acredita que será necessário ampliar muito os gastos, particularmente se forem considerados a realidade brasileira e os patamares gastos por outros países, que giram em torno de muitos R\$ trilhões.

Sob outro ponto de vista, é preciso repensar-se o papel do Estado, o que significa uma nova relação entre Estado e sociedade. Não é possível manter-se a concepção de Estado mínimo, exigindo outros padrões de ingerência, com recortes de Estado de Bem-Estar social. Para tanto, é preciso uma análise crítica e o envolvimento da classe trabalhadora na busca de uma hegemonia. Isso se refere a disputas reais por uma sociedade com novos patamares de consciência e, particularmente, mais justa.

REFERÊNCIAS

AITH, Fernando Mussa Abujamra. **Manual de direito sanitário com enfoque em vigilância em saúde**. Brasília: CONASEMS, 2019. 116p.

BELLO, André. Origem, Causas e Consequências da Polarização Política. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. **Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília Doutor em Ciência Política**. Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política, 2019.

BENJAMIN, César (et. al.). **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BRUGNAGO, Fabrício. CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, out.2014-jan.2015

CARVALHO, Laura. **Curto-circuito**. O vírus e a volta do Estado. São Paulo: Todavia, eBook Kindle, 2020.

COSTA, Fernando Nogueira da. Dimensões da desigualdade social. Que País é este? **Texto para discussão 370**. Instituto de Economia, Unicamp, nov. 2019.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. **Documento aprobado por la XL Reunión Ordinaria del Consejo Directivo del CLAD**. Santo Domingo, República Dominicana, 8-9 de noviembre de 2010. Acesso em: 17/03/2017. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/declaraciones/gestion-publica-iberoamericana-para-el-siglo-xxi/view>.

FERREIRA, Marcelo Costa. Participação e comportamento político no Estado de São Paulo, 1990. Campinas: **Opinião Pública**, v. 6, n.2, out. 2000.

FRENTE PELA VIDA. **Plano Nacional De Enfrentamento à Pandemia da Covid-19**. 03 de julho de 2020.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HENRIQUES, Cláudio Maierovitch Pessanha. VASCONCELOS, Wagner. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Estudos avançados**. vol.34 no.99. São Paulo, Mai-Ago, 2020. Epub July 10, 2020. <http://orcid.org/0000-0002-1461-7082>

OLIVIERI, Cecília. NESTLEHNER, Julianne. PAIVA JR, Paulo Cesar de Abreu. Governança, governança corporativa e governança pública: os diferentes debates de um conceito em construção. **Revista Eletrônica de Administração** (Online) ISSN: 1679-9127, v. 17, n.2, ed. 33, Jul-Dez 2018. Acesso em: 15/09/2020. Disponível em: <http://periodicos.unifacel.com.br/index.php/rea>

OXFAM BRASIL. RELATÓRIO PODER, LUCROS E PANDEMIA. Acesso em: 20/01/2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/poder-lucros-e-pandemia/>.

PINHO, Carlos. E. S. Desafios das forças democráticas em tempos de automação tecnológica, desindustrialização, retração de direitos sociais e austeridade fiscal. **Instituto Humanitas Unisinos (IHU)**, São Leopoldo, 07/03/2020. Acesso em: 31/03/2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596664-desafios-das-forcas-democraticas-em-tempos-de-automacao-tecnologica-desindustrializacao-retracao-de-direitos-sociais-e-austeridade-fiscal>.

RHODES, R. A. W. **The new governance**: governing without government. *Political Studies*, XLIV, p. 652-667, 1996.

SOUZA, Livia Maria Cruz Gonçalves de. FARIA, Edimur Ferreira de. Governança Corporativa na Administração Pública: Um processo em construção! **Revista Jurídica Direito & Paz**. Issn 2359-5035. São Paulo: Lorena | Ano IX | n. 37 | p. 273-292 | 2º Semestre, 2017.

STOKER, G. Governance as theory: five propositions. **International Social Science Journal**, v. 50 (155), p. 27-28, 1998.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alta qualificada 70, 71, 76, 78

Arranjos familiares 75

Assistente social 19, 20, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 55, 57, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 76, 78, 80, 83, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 99, 101, 105, 106, 107, 108, 115, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 178, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 197, 215

C

Centro de terapia intensiva (CTI) 38, 39

Contrarreforma 2, 8, 9, 10, 16, 161

Coronavírus 133, 134, 135, 137, 141, 143, 144

Covid-19 16, 134, 135, 137, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Crise sanitária 133, 135, 139, 140

D

Dependência química 194, 195, 208, 211, 213, 214, 219

Desfinanciamento 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 15, 17

Determinantes sociais de saúde 60

Direito à saúde 4, 5, 27, 28, 58, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 114

Direitos humanos 28, 29, 97, 101, 117, 125, 126, 131, 134, 157, 160, 162, 164, 165, 166, 189, 199

Direito social 91, 109, 172, 188, 195

Doação de órgãos 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 68, 69

Doula 23

E

Envelhecimento 97, 101, 118, 119, 120, 124

Ética 28, 29, 32, 37, 40, 47, 49, 55, 56, 59, 60, 62, 65, 68, 79, 84, 87, 91, 92, 95, 99, 121, 138, 141, 165, 170, 176, 185, 188, 189, 190, 195

F

Família 21, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 50, 52, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 74, 75, 78, 100, 102, 118, 119, 121, 123, 130, 162, 163, 164, 174, 175, 188, 189, 190, 193, 194, 201, 204, 205, 214, 219

I

Idoso 79, 84, 96, 120, 122, 123, 124

Imigração 96, 98, 100, 101

Isolamento social 134, 145, 149

J

Judicialização 94, 103, 104, 105, 108, 109

Justiça terapêutica 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220

L

Longevos 118, 120, 121, 122, 123

Luta antimanicomial 6, 157, 159, 201, 206

M

Movimento de reconceituação 60, 170

Mulheres negras 129

N

Neoliberalismo 10, 12, 17, 114, 180

P

Pandemia 16, 58, 59, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 149

Parto humanizado 19, 20, 24, 29

Pessoas com transtorno mental 168, 176, 198, 200, 206

Política de saúde 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 27, 30, 32, 42, 46, 52, 54, 55, 59, 68, 78, 84, 85, 89, 90, 91, 95, 103, 105, 111, 112, 115, 128, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 173, 174, 175, 179, 196, 201, 207, 211, 217, 218, 221

Política nacional de humanização (PNH) 73, 93

População privada de liberdade 111, 112, 113, 115

Postura crítica 49, 187, 191, 196

Precarização 3, 5, 8, 15, 63, 72, 81, 85, 116, 125, 162, 164

Prevenção 9, 20, 31, 58, 107, 115, 118, 121, 135, 137, 143, 145, 196, 202, 211, 219, 220

Projeto ético político 27, 46, 47, 59, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 165, 177

Q

Questão social 8, 10, 29, 37, 39, 41, 47, 55, 57, 59, 61, 66, 68, 71, 72, 76, 84, 85, 88, 92, 96, 100, 101, 102, 106, 129, 133, 136, 140, 167, 168, 169, 174, 175, 181, 206

R

Rede de atenção psicossocial (RAPS) 161, 162, 166

Reforma psiquiátrica 6, 16, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 173, 174, 175, 178, 179, 183, 184, 186, 188, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 201, 206, 207, 218

Reinserção social 96, 101, 180, 184, 198, 199, 203, 205, 206, 209, 211, 214, 218

Relato de experiência 32, 33, 44, 78, 88, 96, 101, 178

Representações sociais 57, 61, 62, 63, 64, 66, 67

S

Saneamento básico 45, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 174

Saúde integral 20, 115

Serviço social 1, 4, 10, 17, 18, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 68, 69, 70, 71, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 125, 132, 154, 160, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 221

Sistema único de saúde (SUS) 2, 9, 17, 33, 58, 89, 91, 104, 112, 113, 128, 134, 157, 160, 165, 174, 199, 207

T

Trabalho interdisciplinar 42, 46, 89

Trabalho multidisciplinar 49, 88, 90, 91, 94

Transplante cardíaco 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56

V

Violência obstétrica 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 30, 31

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social

 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social

 **Atena**
Editora

Ano 2021